



*Gastão Reis*

## **OBAMA E O BARÃO DE COTEJIPE**

Foi muito comemorada a eleição de Barack Obama a presidente dos EUA por ter sido o primeiro negro a ocupar o cargo. Curiosamente, não foi nesses termos que o próprio Obama se definiu diante das câmeras de TV. Tive a oportunidade de ouvi-lo declarar que não era branco nem preto, mas mulato. Mãe branca e pai negro. Provavelmente se colocando como um ponto de união física entre duas raças cuja trajetória nos EUA foi marcada por um tipo de segregação aviltante. Legalmente, o negro americano chegou a ser definido como  $\frac{3}{4}$  de homem. Isso para não mencionar a legislação dos estados americanos, em especial os do sul após a guerra da secessão, que criou todo tipo de empecilho jurídico ao pleno exercício da cidadania pelos negros. Por mais de século, vigorou a doutrina do “iguais mas separados”, com o devido respaldo da Suprema Corte americana, até que o movimento pelos direitos civis dos anos de 1960 levou a mesma corte a votar por unanimidade extraída a fórceps pela integração racial nas escolas, pondo um ponto final àquela hedionda lei.

De toda forma, negro ou mulato, foi um momento único na história americana. Assumindo-se como mulato, Obama também renegava a tradição de seu país onde uma simples gota de sangue negro era suficiente para que uma pessoa fosse declarada negra. Era como se fosse uma espécie de impureza que um branco não poderia carregar em seu sangue.

O caso brasileiro foi bem diferente. A mística do mulato e da mulata faz parte de nossa cultura desde muito cedo em nossa colonização. Gilberto Freire e outros nos chamam a atenção para a ocupação moura da península ibérica por sete séculos que teria feito com que o português se habituasse e se encantasse com a morenice das mulheres árabes. A miscigenação entre negros e brancos no Brasil reproduziu na cor da pele a beleza que já havia conquistado os lusitanos nos séculos anteriores ao descobrimento. As leis brasileiras nunca chegaram perto da paranóia de definir o negro juridicamente como um ser sub-humano, como ocorreu nos EUA. Não obstante, a influência cultural americana é tão forte que já nos fez até copiar instituições que nos são estranhas e, agora, até padrões de relacionamento entre brancos e negros que não se encaixam em nossas tradições. Alguma dose de sangue negro já rotula o indivíduo como negro na visão dos movimentos negros em nosso país. Ao invés de celebrar a miscigenação, preferimos, mais uma vez, copiar o modelo gringo de segregação entre raças. Pior: tendemos a ignorar o fato concreto que a população que realmente vem crescendo no Brasil é a parda, evidenciando um aprofundamento, para o bem de todos, das relações afetivas inter-raciais.

[CONTINUA]

Vamos agora a uma outra comemoração, infelizmente esquecida, do que aconteceu em nosso país entre 1885 e 1888, em que um mulato, o Barão de Cotejipe, ocupou o cargo de Primeiro-Ministro do Império. Portanto, 120 anos antes o Brasil já teve um Chefe de Governo mulato, coisa inimaginável nos Estados Unidos daqueles tempos em que o máximo que um negro poderia almejar era ser um serviçal da Casa Branca, jamais seu morador número 1. E muito menos bailar em seus salões com a primeira-dama americana, coisa que a Princesa Isabel fazia aqui nestas terras morenas ao dançar com o engenheiro Rebouças e outros negros que frequentavam os bailes do Império. Mais que isso: visitantes estrangeiros sempre observavam a presença de mulatos e negros em cargos importantes na administração imperial, coisa impensável lá na Europa e nos EUA. Melhor ainda: o Brasil, apoiado em sua população negra, miscigenada e de origem portuguesa, conseguiu, ao final do século XIX, criar um país respeitado internacionalmente, tendo produzido internamente políticos de cuja qualidade sentimos falta até hoje diante do trágico quadro político-partidário republicano atual. O nosso Cotejipe recebeu também título de nobreza com grandeza pelos relevantes serviços prestados à Nação em diversas oportunidades antes de ser alçado ao posto de Primeiro-Ministro. Nossa criatividade produziu uma nobreza em aberto: nossos títulos não eram de sangue, mas nominais. Morriam, democraticamente, com quem os recebia.

Pois bem, proclamada a república, foi para a gaveta o primoroso plano de assentamento de ex-escravos em terras devolutas ao longo das ferrovias preparado pelo Visconde de Ouro Preto, último Primeiro-Ministro do Império, e apoiado com entusiasmo pela Princesa Isabel. Pior: os intelectuais republicanos se enamoraram de teorias que atribuíam o atraso do país ao grande contingente de negros em nossa população. A saída, para eles, era embranquecer o país, ao invés de levar a sério a questão de educar o povo, nosso real calcanhar de Aquiles até hoje. É triste constatar o pouco caso com que a república trata a questão da educação nacional que nos faz ocupar desonrosos últimos lugares em testes internacionais de avaliação da qualidade dos sistemas educacionais em diferentes países. Na verdade, o avanço dos direitos civis dos negros brasileiros foi retardado com a chegada de um novo regime sem compromisso com sua africanidade. Não é difícil imaginar os avanços que teriam ocorrido nesse processo de inclusão social do negro que já havia sido deslançado sob as hostes do parlamentarismo monárquico com Cotejipe mais de um século antes de Obama chegar ao poder. Pena que foi interrompido.

Minha identificação: Gastão Reis Rodrigues Pereira

Empresário e economista

E-mail: [gastaoreis@smart30.com.br](mailto:gastaoreis@smart30.com.br) // Cel. 24 9272-8586

Site pessoal: [www.smart30.com.br](http://www.smart30.com.br)